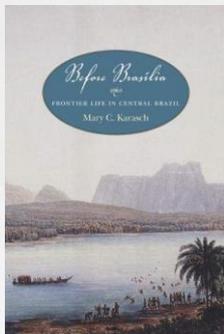


RESENHA  
**Before Brasília:**  
**frontier in Central Brazil**

*Felipe Vander Velden*<sup>1</sup>  
 Universidade Federal de São Carlos



KARASCH, Mary. *Before Brasília: frontier in Central Brazil*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2016. 430p.

VANDER VELDEN, Felipe. **Before Brasília: frontier in Central Brazil (Resenha)**. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 7 (15): 385-388, setembro a dezembro de 2020. ISSN: 2358-5587

<sup>1</sup> Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2001), mestrado (2004) e doutorado (2010) pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da mesma instituição e pós-doutorado (2016-2017) pela Aarhus Universitet, Dinamarca e (2018-2019) pela Universidade Federal do Paraná e Universiteit Leiden (Países Baixos). Atualmente é professor do Departamento de Ciências Sociais (DCSo) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

“ Uma ampla história de um sertão” (*a broad history of one sertão*) – assim a historiadora Mary Karasch define seu “multifacetado” livro (p. xxi), fruto de pesquisas que, ao longo de mais de 40 anos e de uma metodologia compósita, reconstituem, majoritariamente, a trajetória de indígenas, negros escravizados, quilombolas e camponeses pobres em Goiás, muito antes das linhas de concreto e vidro de Oscar Niemeyer desenharem no planalto central brasileiro a própria imagem das contradições que fundam esta imensa região. Uma trajetória de violência na contestada fronteira – uma fronteira de violência, um truísmo, segundo a autora – que tem início ainda nos fins do século XVI, e culmina num presente (embora a obra encerre suas reflexões nos anos de 1850) dominado pelo poderoso agronegócio goiano – e na nova fronteira da soja –, em que fazendeiros e coronéis ricos e peões pobres (e indígenas, e remanescentes de quilombo, e moradores das periferias empobrecidas do entorno da capital federal) seguem reproduzindo os padrões impostos quatro séculos atrás. Uma história, enfim, se não longa, de alguma duração.

*Before Brasília*, assim, é um livro de história. Mas vale apresentá-lo a um público leitor antropológico, sobretudo à etnólogas e a etnólogos que talvez já conheçam as incursões de Karasch – uma especialista em escravidão negra – pela história indígena graças, principalmente, ao seu capítulo sobre o Brasil Central (KARASCH, 1992) publicado em português na já clássica coletânea organizada por Manuela Carneiro da Cunha, *História dos índios no Brasil*. Este volume de 2016, por seu turno, reúne um conjunto expressivo de informações a respeito de distintas populações e segmentos sociais na Goiás dos séculos XVI ao XIX (e mesmo antes, se considerarmos os aportes da etno-história também presentes aqui, mas com ênfase no século XVIII, para o qual há documentação abundante), o que o torna sumamente interessante na reconstituição das micro-histórias de grupos etnografados, especialmente por prover o/a etnólogo (a) com um quadro geral bastante detalhado da sociedade e cultura goianas (e, para todos os efeitos, também tocantinense) desde os momentos de sua formação. A ênfase em populações marginalizadas, ademais, permite que não sejamos tão facilmente capturados pelas narrativas triunfalistas da soja e do boi, que tanto sucesso alcançaram e alcançam na caracterização histórica do planalto centro-brasileiro como resultado de frente pioneira movida pelo sucesso da fazenda.

A iluminação recíproca entre passado e presente – entre historiografia e etnografia, de certo modo – faz, inclusive, parte do repertório metodológico da autora, que, junto ao massivo volume de documentos, analisa também manifestações populares (festas, rituais e técnicas) e coleções museológicas (especialmente os artefatos indígenas coletados pelo viajante austríaco Johann Emanuel Pohl em sua viagem ao Brasil entre 1817 e 1822 e abrigados no Weltmuseum de Viena, Áustria), e visita aldeias indígenas. Há uma certa deriva folclórica, por assim dizer, neste uso do presente, como se as culturas de negros e índios fossem algo como “sobrevivências” da violenta história da expansão lusa pelo coração da

América do Sul. Deixe-se de lado, contudo, estas breves incursões ao campo, e o leitor ou a leitora terão em mãos uma soberba reconstituição do “impacto da ocupação humana” e da “evolução da sociedade” (p. xx-xxi) na “unidade administrativa denominada, pelos portugueses, como capitania de Goiás” (p. xxi) – que incluía, além dos territórios dos atuais estados de Goiás e Tocantins, também partes de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão e Minas Gerais (Triângulo Mineiro).

O livro é composto de 10 capítulos, divididos em três partes. A parte I, “Contatos e conquistas”, explora os primeiros encontros com a terra e a natureza do Brasil Central (cap. 1), os povos indígenas nesta extensa zona (cap. 2), as entradas e bandeiras que devassaram e levaram ao seu conhecimento e ocupação (cap. 3) e as muitas guerras que se seguiram a estes empreendimentos colonizadores (cap. 4). A parte II, intitulada “Sociedade colonial: brancos, pardos e negros”, focaliza a “boa ordem” colonial que os portugueses tentaram instalar na região (cap. 5), além da evolução das grandes propriedades fundiárias (cap. 6) e dos exércitos de negros escravizados que punham a ocupação econômica em movimento (cap. 7). A parte III, por fim, “Pontos de contato e mudança cultural”, analisa a difusão da igreja católica e do catolicismo por Goiás (cap. 8), as relações de gênero – tema caro à autora – (cap. 9), e a emergência, ao longo do tempo, de uma sociedade de homens e mulheres negros e negras livres (cap. 10). Pode-se checar, por este brevíssimo sumário, o alcance do estudo e sua contribuição para diversas frentes de estudo das atuais sociedades goianas e tocantinenses.

O capítulo 2, de grande interesse para a etnologia e história indígenas, traz informações preciosas, recolhidas em documentos raros, sobre os vários grupos ameríndios no Brasil Central: Akroá, Xakriabá, Apinaje, Krahô, Karajá, Javaé, Tapirapé, Araés, Xavante, Xerente, Canoeiro e Kayapó do Sul, além de uma infinidade de pequenos grupos, a maioria praticamente desconhecidos, que são referidos nas fontes dos séculos XVI ao XIX (ver a tabela no apêndice I, p. 305-10). Há, igualmente, muitos dados sobre a escravização de grupos indígenas e a formação e expansão contínua de fronteiras (de várias naturezas, que vão da violência ao comércio e a mestiçagem), assim como sobre as relações entre ameríndios e escravizados negros, incluindo grupos aquilombados nas partes mais remotas da capitania. O capítulo 3 segue com riqueza de detalhes sobre as interações entre indígenas e colonizadores (bandeirantes e missionários), trazendo ricas fontes sobre “nações” e lugares obscuros que começam já por volta de 1590, quando os primeiros paulistas iniciam a devassa dos sertões meridionais de Goiás em busca de ouro e de “negros da terra”. As interações entre índios e não índios, brancos, negros e mulatos, seguem pelo capítulo 4, em que se exploram as táticas e instrumentos nativos de guerra e paz, destacando a proeminência de agentes indígenas, homens e mulheres, que foram responsáveis por momentos marcantes na história das relações interétnicas no Brasil central. A centralidade dos povos nativos para a história da região resta clara na referência que faz a autora às “cidades” (*towns*) indígenas, algumas com até quatro mil moradores, bem maiores, portanto, do que muitas das isoladas e distantes cidades (arraiais ou povoados) mineradoras ocupadas por luso-brasileiros de outras cores (p. 300).

Os capítulos seguintes, do 5 ao 10, analisam em detalhes a história das populações não indígenas na capitania de Goiás, discutindo as estruturas administrativo-burocrática, econômica, militar e religiosa desta imensa região de mais de um milhão de quilômetros quadrados, de difícil acesso e bastante distante dos centros litorâneos do império colonial português, ainda que conectada ao mundo

atlântico sobretudo em função do ouro e, depois dele, do gado. Além disso, dedicam-se às populações negras (escravizadas, libertas, livres e quilombolas), à religiosidade (incluindo uma seção sobre as missões indígenas, no cap. 8), às relações de gênero e às mulheres (ocultas, em sua maioria, as “sombras na noite”, que dão título ao cap. 9) e aos pardos e negros livres ou libertos na capitania goiana ao longo dos séculos XVI-XIX. São essas trajetórias que erguem as bases para a formação e consolidação da elite branca (e a consequente marginalização dos outros) que comanda o potente agronegócio goiano, um dos mais bem-sucedidos do Brasil, e que segue seu caminho na opressão de vidas pobres, negras e indígenas em Goiás e no Tocantins. Mas também nas regiões pecuaristas vizinhas e, afinal, de todo o império da carne e do leite cujas narrativas hegemônicas, que movem o país nos dias de hoje, deitam raízes nas primeiras incursões que massacraram povos indígenas inteiros e devastaram vastas áreas em busca do metal dourado. Tal constitui o valor de *Before Brasília* para antropóloga(o)s e outra(o)s cientistas sociais interessados na longa duração dos fenômenos que estudam, hoje, no coração do Brasil.

*Recebido em 22 de junho de 2020.  
Aprovado em 8 de agosto de 2020.*

## Referência

KARASCH, Mary. “Catequese e cativo: política indigenista em Goiás, 1780-1889”. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP/SMC/Companhia das Letras, 1992. pp. 397-412.